Sociologia econômica e o Brasil – uma via aberta

Marcia da Silva Mazon*

MONDADORE, Ana Paula Carletto et al (Orgs.). **Sociologia econômica e das finanças**: um projeto em construção. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 380p.

O perigo que corre o autor que escreve a partir das ciências sociais sobre os mercados é o de não romper com o pacto parsoniano. Ao querer falar da troca mercantil, continuar falando sobre pobreza e da sociedade como cindida em duas.

Deste mal não sofre a coletânea que nos é apresentada pelo NESEFI – Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças da UFSCar.

O grupo em questão, sob a batuta de Roberto Grün, propôs a organização de uma rede de pesquisadores brasileiros de Sociologia Econômica no primeiro congresso realizado por eles em 2006, donde surgiram os artigos desta coletânea. O convite foi aceito por vários pesquisadores e grupos, o verbo se fez ação. Esta Sociologia Econômica brasileira está em marcha.

Uma longa caminhada já foi percorrida e não foi sem dores. Perdemos, precocemente em outubro de 2009, Cecile Raud. Militante da construção de uma Sociologia Econômica do Brasil, ela organizou eventos, publicou artigos e contribuiu na mobilização de muitos pesquisadores em torno do tema. Defendeu ainda o reconhecimento da Sociologia Econômica como área de especialidade na Sociologia brasileira, para que ela saísse da sombra das 'outras sociologias específicas' no currículo Lattes.

Este reconhecimento da área ganha novo fôlego com esta coletânea. O dossiê propõe pensar a sociedade atual e a sedução provo-

* É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC.

cada pelo mundo financeiro nas últimas décadas. A crise do estado de bem estar social coloca em xeque a atuação seja do Estado seja das empresas; confiável apenas o acionista a conferir de perto o andamento de suas aplicações. Este é o mundo da financeirização. O confronto de diferentes matizes teóricas coloca em relevo a perspectiva institucional - caminho do meio entre estrutura e ação – a qual se desdobra e se refaz em diferentes objetos empíricos.

Qual a alternativa e as acomodações a esta nova ordem?

Algumas respostas estão na primeira parte do dossiê abordando a economia solidária e a responsabilidade empresarial. Nesta seção há uma reflexão teórica de escopo filosófico e analítico da economia solidária, um artigo que trata dos sistemas de trocas locais e reciprocidade, a proposta da expressão "práticas solidárias" no lugar de "economia solidária". Um artigo que discute os dilemas das cooperativas diante do universo de reestruturação econômica e flexibilização do trabalho, são os temas em questão. Com relação às acomodações, um artigo que discute a responsabilidade social de empresas públicas como a Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A segunda parte do dossiê mostra a financeirização em processo: a lógica da produção, do mundo do trabalho, como convergindo para uma lógica única do mundo das finanças. O primeiro artigo da parte II trata das mudanças no ritmo e nas concepções de empresa: a organização do trabalho passa a ser decifrada como elemento financeirizável. O artigo mostra quais as conseqüências deste processo, como insegurança, alteração no ritmo do trabalho e os constrangimentos advindos deste 'constante desafio' à competência e à autonomia, ambos denominados como 'novas racionalizações da produção'.

O segundo artigo, seguindo a pista do isomorfismo empresarial, propõe um mapeamento do espaço de consultoria brasileiro. Começando pelos primórdios nos EUA no final do século XIX, as consultorias se iniciam como apoio às organizações industriais norte-americanas, passando no pós-guerra à assessoria no processo de reconstrução da Europa, acompanhando o impulso à penetração das multinacionais no resto do mundo. A partir das últimas décadas elas situam-se na base do processo de construção e legitimação da lógica financeira.

A perspectiva histórica do acesso ao crédito no Brasil e o monstro da burocracia que afasta pequenas empresas do setor bancário é o tema do terceiro artigo. Embora uma parcela significativa da população que vive no fio da navalha tenha se monetarizado, as pequenas empresas encontram barreiras para se manter no mercado. No quarto artigo da seção II, discute-se a construção social do mercado de produtos coloniais no estado de Santa Catarina e os diferentes atores que apóiam/constroem este mercado, tão bem como aqueles que são afastados destas iniciativas de Industrias Rurais de Pequeno Porte.

A parte III do dossiê propõe refletir sobre o novo balanço de forças entre Estados, bancos, elites e sindicatos, tanto quanto sobre quais são os novos aparatos cognitivos na era da financeirização. O primeiro artigo discute os embates culturais em torno da legimitação dos *Private Equities* como irmãos das mudanças nos últimos anos no Brasil. O artigo mostra o surgimento de novas elites oriundas do sindicalismo e dos movimentos sociais. Elas chegam reforçando o predomínio das finanças, mesmo que

situadas 'à esquerda'. A dinâmica do espaço cognitivo atual, conforme o autor, aparece preenchida pela oposição governança corporativa x *private equities*. Este embate dá novo fôlego à legitimação da ordem financeira, tanto como produto como gerador de novos enquadramentos cognitivos.

O segundo artigo da parte III dedica-se à década de 90 e o momento de suspensão do modelo de intervenção estatal no Banco do Nordeste, agente financiador do desenvolvimento regional brasileiro. Neste período, o referido banco inaugura um novo padrão de intervenção com redirecionamento para uma atuação creditícia. O autor constata uma crise de identidade (e a falta de êxito) entre agência de desenvolvimento e a velha prática de instituição voltada apenas para grandes tomadores.

Fazendo uma mapeamento das novas instituições financeiras no Brasil após a abertura ao capital externo, o terceiro artigo convida a uma reflexão da dinâmica econômica e política no Brasil de hoje. A complexa trama de inter-influência bancos e órgãos de representação de classe do setor mostra o quanto eles estão presentes tanto na cena econômica como política: seu papel no controle da dívida pública, participação no financiamento de campanhas eleitorais, entre outros.

A participação dos sindicatos como novos atores no processo de financeirização é também presente no quarto artigo da parte III. A autora mostra o movimento de aproximação por parte da União Européia e sindicatos franceses dos modelos de fundos de pensão norte-americanos.

A última parte do dossiê faz um balanço da literatura e reflexões teóricas gerais quanto à Sociologia Econômica e seu perfil brasileiro. O primeiro artigo da parte IV explora o pensamento social ocidental do ponto de vista das inflexões entre as bordas da Sociologia e a Economia e sugere a Sociologia Econômica muito mais como agenda de pesquisa do que campo teórico em construção. É de Cecile Raud o artigo que apresenta um mapeamento das pesquisas no âmbito da Sociologia Econômica no Brasil. Ela mostra como a crise econômica dos anos 80 e as reformas liberais estão no cerne das preocupações dos pesquisadores que se dedicam à área. O terceiro artigo desta seção aborda a questão da confiança a partir do sistema de crédito – explorando os conceitos de incerteza e vulnerabilidade. Da pessoalidade aos dados quantitativos construídos em âmbitos contratuais, do intimismo a uma econometria, o sistema de crédito alça à condição de impessoalidade.

Sem dúvida, a obra em questão trata-se de uma contribuição valiosa à institucionalização da Sociologia Econômica no Brasil e material de consulta aos iniciantes. Aos que reclamarem da não menção à Sociologia Econômica na sua particularidade específica das finanças nesta publicação, lembro que não é necessário, ela já é das finanças.

RECEBIDO EM:13/02/10
APROVADO EM: 20/04/10